

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**MICHEL DE FREITAS DOS SANTOS
VITÓRIA CRISTINA ARAÚJO SILVA DE SOUZA
PROFESSOR-ORIENTADOR:
MARCUS PAULO ARAUJO**

**A IMPORTÂNCIA DO ATLETISMO PARA A INCLUSÃO SOCIAL:
Principais Benefícios**

Rio de Janeiro

2023.1

A IMPORTÂNCIA DO ATLETISMO PARA A INCLUSÃO SOCIAL: Principais Benefícios

THE IMPORTANCE OF ATHLETICS FOR SOCIAL INCLUSION: Main Benefits

¹SANTOS, Michel de Freitas & SOUZA, ²Vitória Cristina Araújo Silva
Graduandos do Curso de Educação Física do Centro Universitário São Jose.

³ARAUJO, Marcus Paulo
Proff. Orientador do Curso de Educação Física do Centro Universitário São Jose.

RESUMO

O presente estudo propôs-se a descrever a produção literária científica relacionada à prática de Atletismo no processo de inclusão social, desde o seu início na pré-história, até o ano de 2023. Buscando através da criação de um plano de unidade, estabelecer mecanismos teórico-técnicos, para a condução e implementação do atletismo na educação física escolar. O processo metodológico adotado, foi a elaboração de um plano de unidade, contendo um planejamento voltados para a etapas que vão desde a contextualização da didática de ensino e implementação do atletismo nas aulas de EDF, até a avaliação final dos conteúdos. O plano de unidade teve como base a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de modo que o trato com o conteúdo considera as dimensões conceitual, procedimental e atitudinal. Além disso, o mesmo será realizado com base na estrutura realizada pela revisão bibliográfica feita neste estudo, analisando a relação entre o atletismo na educação física escolar e o desenvolvimento integrativo e de inclusão social dos alunos, num viés lúdico. Contudo, obteve-se como resultados finais, o entendimento da integração e inclusão para o desenvolvimento do ser humano na sociedade, visualizando o esporte como forte aliado neste processo. Apresentando o atletismo e seus benefícios, como um norte da educação física escolar, devendo a sua implementação ser dada neste espaço, através da adoção de propostas de ensino e plano de unidade, com o roteiro de aulas sendo planejados numa estrutura, que vise propiciar o desenvolvimento motor dos alunos, facilitando a interação e o respeito entre os alunos.

Palavras-chave: Atletismo, EDF Inclusiva, Integração Social.

ABSTRACT

The present study proposed to describe the scientific literary production related to the practice of Athletics in the process of social inclusion, since its beginning in prehistory, until the year 2023. Seeking, through the creation of a unit plan, to establish mechanisms theoretical-technical, for conducting and implementing athletics in school physical education. The methodological process adopted was the elaboration of a unit plan, containing a plan focused on the steps that range from the contextualization of teaching didactics and implementation of athletics in EDF classes, to the final evaluation of the contents. The unit plan was based on the proposal of the National Curriculum Parameters (PCNs), so that the treatment with the content considers the conceptual, procedural and attitudinal dimensions. In addition, the same will be carried out

based on the structure carried out by the bibliographic review carried out in this study, analyzing the relationship between athletics in school physical education and the integrative development and social inclusion of students, in a playful bias. However, as final results, the understanding of integration and inclusion for the development of human beings in society was obtained, viewing sport as a strong ally in this process. Introducing athletics and its benefits, as a guideline for school physical education, and its implementation should be given in this space, through the adoption of teaching proposals and a unit plan, with the class script being planned in a structure, which aims to provide the motor development of students, facilitating interaction and respect among students.

Keywords: Athletics, Inclusive EDF, Social Integration.

1. INTRODUÇÃO

A Inclusão social e a integração são conceitos distintos, que possuem uma conexão, no que se referem a igualdade social sendo entendida como ação incorporativa, de pessoas dentro da sociedade, excluídas estas, por algum motivo histórico enraizado no processo de socialização, das classes mais vulneráveis (PORFÍRIO, 2022).

O processo inclusivo que pauta a inclusão do atletismo na educação física, é abordado neste estudo tendo como referência principal o ensino fundamental e ensino médio.

Considerando o conceito inicial da inclusão, e levando em consideração o foco na assistência às pessoas com deficiência no Brasil no século XIX, a integração pode ser conceituada por Bernardes (2010) como um processo espontâneo, subjetivo, que envolve direta e pessoalmente as relações entre os seres humanos. Tendo como premissa educacional a proteção uma estrutura com valores próprios aos quais os alunos da integrados devem se adaptar.

A integração escolar refere-se ao processo de educar-ensinar crianças com e sem necessidades especiais no mesmo grupo durante parte ou todo o tempo em que permanecem na escola (BERNARDES, 2010).

De acordo com Silva & Panarotto (2015), o termo Pessoa com deficiência na educação especial refere-se a todas as crianças e jovens carentes decorre da sua capacidade ou dificuldades de aprendizagem. Com base neste entendimento, Venturini, *et al.* (2010), pontua que na perspectiva renovada da inclusão escolar, é fundamental que

o professor esteja aberto as mudanças, demonstrando interesse a criatividade para adaptação das atividades e, visando desenvolver um processo integrativo, perante a projetos e didáticas de trabalho cooperativo como seus alunos, seja qual for sua deficiência, pois a sua pratica pode confirmar e valorizar as diferenças ou, ao contrário rejeitar ou excluí-lo deste espaço.

Um dos espaços de inclusão social mais efetivos no mundo, tem sido a integração esportiva, nas suas diversas modalidades. E perante ao que aponta a literatura recente, esportes como o futebol, basquetebol, atletismo, entre outros presentes nas aulas de Educação física (DINIZ, 2018). Sendo assim, a educação física, não se torna apenas um símbolo de cuidados com a saúde. Pois, o esporte, tem se tornando cada vez mais uma ferramenta de inclusão e inclusão social. Na prática esportiva, crianças e adolescentes aprendem muito mais do que técnicas que envolvem movimento. Indo além do a respeitadas regras, aumenta a compreensão, a socialização com o grupo, a resolução de conflitos, o esforço e a responsabilidade e a integração social (DINIZ, 2018).

Sendo um documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas através da referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas, O BNCC (Base Nacional Curricular Curricular), são referenciadas no processo inclusivo, através das suas manifestações mais formais, quanto suas derivações. Pois, para o BNCC os Esportes se caracterizam por: comparação de desempenho entre indivíduos ou grupos, competição entre adversários, regras formais institucionalizadas por organizações e essas organizações que promovem e normatizam os pelo mundo (COSTA, 2019).

Dada a importância que o BNCC atribui as transformações oferecidas pelo esporte nas aulas de EDF, surge o a proposta do Atletismo uma das principais atividades esportivas na atualidade utilizada como alternativa escolar inclusiva através de um plano de unidade, tornando-se importante a compreensão de seus conceitos, assim como o contexto histórico que pauta o seu surgimento, tato a nível mundial, como nas esferas nacionais.

Segundo Moura, *et al.* (2006), o Altetismo é um esporte olímpico, conceituado como a base de todos os outros, pode ser entendido como respostas de atividades como

corrida saltos e lançamento de objetos e ações, que desde os tempos remotos, foram ajudando os nossos ancestrais a sobreviverem.

O atletismo é um esporte historicamente estabelecido e considerado a base de todos os outros esportes, ou seja, por meio de suas demandas e por meio do exercício e do trabalho físico, possibilita que seus praticantes adquiram vivências, que os prepara para encarar os desafios cotidianos e outras formas e manifestações da cultura corporal em geral (SILVA, 2016).

Segundo Moura (2006), apesar do grande processo de evolução, muito se têm debatido no nosso cotidiano, acerca das principais vantagens que as atividades esportivas possuem, dentro de um âmbito educacional e social. Desta forma, questiona-se, qual a sua importância para a inclusão social? Buscando ainda a identificação dos principais benefícios. Destacando a dificuldade existente quanto a publicações que abordem esta temática de maneira mais abrangente.

Portanto, frente à esta problemática que norteia a realização deste estudo, esta pesquisa tem como hipótese a ampliação dos conhecimentos teóricos científicos através de métodos e planos de unidade, que visem expandir os conhecimentos acerca do trabalho do atletismo na EDF, objetivando proporcionar a integração social.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo geral

O presente estudo propôs-se a desenvolver um plano de unidade, estabelecendo os mecanismos teórico-técnicos, para a condução e implementação do atletismo na educação física escolar.

1.1.1. Objetivos Específicos

Para o cumprimento do objetivo geral, o estudo cumpriu os seguintes objetivos específicos:

- 1) Qual o contexto histórico do processo Inclusivo;
- 2) Como os conceitos de inclusão e integração se relacionam;
- 3) De que maneira o PNEE se relaciona com o processo da integração no contexto educacional;
- 4) Entender como os estudos do Atletismo na educação física são organizados e desitribuidos pela BNCC;
- 5) Qual a importância do Atletismo para a Inclusão Social através da elaboração de um plano de unidade.

1.2. Justificativa

Na medida em que os anos vão se passando, o esporte vem assumindo um importante papel na sociedade, devido aos benefícios que a prática esportiva possui, para o desenvolvimento tanto físico como mental do ser humano. Desta forma, considerando a relevância que as aulas de EDF (Educação Física), possuem no processo de integração escolar, o esporte quando aplicado mediante as diretrizes curriculares, tendem a se tornar aliados deste processo inclusivo.

1.3. Hipótese

Dentro do campo científico, poucas são as intervenções literárias encontradas, como propostas pedagógicas, para trabalhar o esporte como o atletismo na disciplina de educação física escolar. Desta forma, a hipótese principal do presente estudo é de que o plano de unidade proposto, se apresentará como um possível caminho para trabalhar diferentes dimensões deste conteúdo, apresentando direcionamentos para a implementação de conteúdos pertinentes ao esporte, visando avaliação dos aspectos inclusivos que o mesmo proporcionaria aos alunos, sejam eles do ensino fundamental ou ensino médio.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Contexto Histórico do processo Inclusivo

Ao abordar a temática de inclusão, corrobora-se com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988, afirmando estes dispositivos legais, que os direitos devem ser estendidos a todas as pessoas, sem exceção. Vale destacar também que as sociedades com altos índices de exclusão social também enfrentam muitos outros problemas, como o aumento da criminalidade e dos índices de pobreza (PORFÍRIO, 2022).

Se torna inoperante, adquirir uma interpretação dos conceitos de integração e inclusão, fugindo do senso comum, sem a devida contextualização os relatos históricos, que pautam esses termos.

Segundo Silva & Panarotto (2015), por muito tempo, sendo utilizadas as diferentes atitudes discriminatórias, indo da rejeição e segregação à exclusão de PCD (pessoas com deficiências). Como base para essas práticas, os critérios do chamado grupo dominante, podendo em muitos casos, os grupos de excluídos, serem maiores do que os incluídos.

Considerando a colonização e o processo da civilização antiga, Porfírio (2022), entende, que as pessoas com deficiência, doenças neurológicas e necessidades especiais foram geralmente excluídas da sociedade por muito tempo devido às suas próprias limitações. Com isso, durante muito tempo, pensar em urbanização, lazer, educação e esporte foi direcionado apenas para aqueles que não têm mobilidade ou restrições de desenvolvimento cognitivo.

Considerando o desenvolvimento cognitivo que pauta o atual contexto da humanidade, voltado histórico e culturalmente, assim como as necessidades especiais, tidas como base de um entendimento da história do processo inclusivo, para que possam ser compreendidas as devidas preocupações aos portadores de deficiência ao decorrer da história (BRANDERMBURG & LUCKMEIER, 2017).

Historicamente, alguns grupos sociais foram excluídos do processo de socialização e negados o acesso a direitos como educação, emprego decente, moradia, saúde e alimentação adequada. Para resolver este problema, os governos começaram a desenvolver medidas para integrar grupos marginalizados na sociedade (PORFÍRIO, 2022).

A partir do século XIX a sociedade passou a defender a criação de organizações específicas, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant - IBC), e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES), visando a eficiência do atendimento as pessoas com deficiência, aprimorando os serviços através de atendimentos devidos, com menores custos, e atendimento médico de qualidade, porém ainda inexistiam ações que incluíssem os deficientes na sociedade ou nas famílias. (BRANDERMBURG & LUCKMEIER, 2017).

Mais adiante, Silva & Panarotto (2015), afirmam que no século XX, o princípio da inclusão ganhou força, o que não significa que todos os obstáculos e resistências tenham sido superados. Porém as linhas passaram a ser definidas e assumidas pela sociedade brasileira. Indo ao encontro da elaboração de um sistema de educação inclusiva mais profissional, mediante a elaboração de legislações que garantam o acesso profissionalizante e organizado, garantindo a inclusão de todos PCD, nas salas de aulas com direito a aprendizagem e participação efetiva no mercado de trabalho a longo prazo, potencializando assim, os cidadãos.

2.1.1. Inclusão x Integração: conceitos

Frente a esse breve relato histórico e mediante as mais variadas formas de interpretação dos processos inclusivos dentro de uma sociedade. Existe a necessidade de compreensão, acerca dos termos inclusão e integração.

O conceito de inclusão, vem sendo extensa e excessivamente incompreendido de acordo com as interpretações do senso comum. Essa crítica envolve o fato de que ele se aplica apenas aos alunos, público-alvo da educação especial e formação educacional,

sendo frequentes as manifestações públicas de deturpações como estudantes inclusivos e turma de inclusão (CAMARGO, 2017).

A definição de inclusão foi desenvolvida na década de 1990 com as propostas de educação para todos, assinadas em Jontiemna Tailândia, e culminando na Declaração de Salamanca em 1994 e no Brasil em 1998. Um princípio fundamental da Declaração de Salamanca, foi norteado as escolas o dever de acolher todas as crianças sem ressalvas, independentemente de suas condições sociais, culturais, emocionais, físicas ou linguísticas, sejam deficientes ou bem-dotadas (VENTURINI, 2010).

De acordo com Camargo (2017, p.6) “a inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas”.

Porfírio (2022), conceitua a integração, através da percepção sociológica, definindo-a, como uma medida de controle social, que atua como meio de integração entre administração pública e sociedade a fim de solucionar conflitos e resolver problemas resultantes da formação da sociedade capitalista.

Entre as mais variadas formas de interpretação dos conceitos de inclusão, dentro da sociedade, podemos nos direcionar ao entendimento da integração, que apesar de parecerem termos similares, possuem objetivos diferentes. Sendo assim, estas informações podem ser embasadas, nos estudos de Bernardes (2010), salientando que integração é fenômeno complexo que vai muito além de colocar ou manter excepcionais em classes regulares. É parte do atendimento que atinge todos os aspectos do processo educacional. Desta forma, visando a compreensão da integração através da expansão do seu conceito:

O conceito de integração se referia à necessidade de modificar a pessoa com necessidades educacionais especiais, de maneira que esta pudesse vir a se identificar, com os demais cidadãos, para então poder ser inserida, associada, a convivência igualitária em sociedade. Com o conceito de integração, o integrar constituía localizar no sujeito o foco da mudança, e as reais dificuldades encontradas no processo de busca de “normalização” da pessoa com deficiência. Isso era um conceito que não considerava que as diferenças, na realidade, não se aniquilam, mas devem ser administradas no convívio social. Como se ao ser diferente fosse razão para determinar sua inferioridade enquanto ser humano e ser social (HAMZE, 2022, p.1).

Portanto, a inclusão é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das

coisas, de si e do outrem. Desta forma, a inclusão inclui reconhecer e valorizar a diversidade como um direito humano e tornar seus objetivos uma prioridade em todos os níveis. Já, a integração baseia-se na normalização da vida dos alunos com necessidades educativas especiais (CAMARGO, 2017).

2.2. A integração no contexto educacional: PNEE

Nos dias atuais, o respeito as diferenças se torna essencial para a convivência entre as pessoas e a integração dos alunos no ambiente escolar. Confirmando estas afirmações através dos estudos de Bernardes (2010), afirmando que deve haver, um reconhecimento das diferenças, e bom convívio com elas, pois, até os alunos considerados normais, também possuem diferenças no processo de aprendizagem. No contexto da integração, a educação se dará à medida que os alunos com necessidades especiais se adaptam aos recursos disponíveis na escola regular (BERNARDES, 2010).

Segundo Silva & Panarotto (2015), para a integração de PCD, torna-se uma necessidade a adoção de recursos dedicados para realizar seu potencial e superar ou reduzir suas dificuldades, desta forma, para que o processo educacional seja dado mediante às prioridades da inclusão e integração nas escolas, entende-se que estes espaços, deverão seguir os parâmetros das diretrizes curriculares e políticas vigentes. Sendo estas pontuadas nos estudos de Camargo (2017), afirmando hoje, não se trata apenas da construção de políticas públicas, como a Lei da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Mas sim, a hora de colocá-los em prática, para obter a promoção e a participação efetiva de todos os seres humanos, principalmente os excluídos dos mais diversos espaços sociais. Para garantir a educação das pessoas com necessidades especiais.

Um dos avanços da integração inclusiva, foi o Plano Nacional de educação especial e a Lei das diretrizes e bases e os doutrinamentos da constituição federal.

Segundo Bernardes (2010), o PNEE visa desenvolver o potencial dos alunos de forma global, incentivando a autonomia, a cooperação, a criticidade e a inovação, e a

integração das pessoas com necessidades especiais na sociedade. O plano também considera a necessidade de pessoal técnico/instrucional de apoio à educação especial para realizar aprendizagem e pesquisa em torno da aprendizagem de pessoas com necessidades especiais, a exemplo do movimento integrativo. Por sua vez, quanto as Leis das Diretrizes e bases, Porfírio (2022), pontua, o artigo 58, § 1º, da Lei 9.394/1996, conhecida como Lei Brasileira de Diretrizes e Fundamentos Educacionais, diz que se as escolas públicas precisam ser equipadas para atender pessoas com deficiência, o governo deve fazê-lo. Sendo este primeiro passo, tomado na década de 1990, através de medidas para promover a inclusão social nas escolas. Porém, não sendo um passo suficiente ainda, para a resolução desta problemática:

A Constituição Federal após eleger, como fundamentos de nossa República, a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art.1º, incisos II e III) como um dos objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art 3º, inciso IV), após garantir o direito à igualdade (art.5º), trata nos artigos 205, 206 e 208, do direito de todos à educação, que deve visar, ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998).

Contudo, uma das principais formas de proporcionar a integração, através do processo educativo, pode ser o esporte.

A prática do esporte como ferramenta educativa visa o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, possibilitando ao sujeito atender às suas necessidades, desejos e expectativas, e dos demais. Esta é uma forma de desenvolver competências técnicas, sociais e de comunicação essenciais ao seu processo de desenvolvimento pessoal e social (DINIZ, 2018).

Impossível ressaltar a relevância do esporte para inclusão social, sem fazer referência a nossa constituição Federativa, no que se referem os pilares das necessidades educacionais dos PNEE. Desta forma, neste tocante, destaca-se:

Segundo a Constituição Federal, no Título III, DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR, no art. 4º inciso III (1998, p.41), educandos com necessidades especiais são aqueles que possuem necessidades incomuns e, portanto, diferentes dos outros alunos no que diz respeito às aprendizagens curriculares compatíveis com suas idades. Em razão desta particularidade, estes alunos precisam de recursos pedagógicos e metodológicos próprios (SILVA & PANAROTTO, 2014, p.6).

A educação especial para os PNEE, segundo Bernardes (2010), trata-se de uma instituição especializada, destinada ao atendimento psicopedagógico a alunos com deficiência e comportamentos típicos, com desenvolvimento e utilização de cursos, programas e procedimentos metodológicos diferenciados e adaptados por profissionais qualificados, exigindo equipamentos e materiais didáticos específicos.

2.3. Atletismo: Contexto histórico e Processo evolutivo

O atletismo uma das principais atividades esportivas na atualidade e objeto de estudo desta pesquisa, será discorrido neste capítulo, visando o entendimento de seus conceitos, assim como o contexto histórico que pauta o seu surgimento, tanto a nível mundial, como nas esferas nacionais, afim de dar suporte ao entendimento geral deste esporte nas aulas de EDF.

O Atletismo é um esporte olímpico, denominado por Moura, *et al.* (2006), como a base de todos os outros, pode ser entendido como respostas de atividades como corrida saltos e lançamento de objetos e ações, que desde os tempos remotos, foram ajudando os nossos ancestrais a sobreviverem.

Segundo Silva (2016), atletismo é um esporte historicamente estabelecido e considerado a base de todos os outros esportes, ou seja, por meio de suas demandas e por meio do exercício e do trabalho físico, possibilita que seus praticantes adquiram vivências, que os prepara para encarar os desafios cotidianos e outras formas e manifestações da cultura corporal em geral.

Considerando o contexto histórico, o atletismo pode ser considerado como uma das práticas esportivas mais antigas e admiradas do mundo moderno. Pois, suas práticas já tenham sido relatadas desde o período da pré-história, aonde os seres humanos, utilizavam deste esporte, afim visando a garantia de sua sobrevivência, buscando se movimentar de um lugar para o outro, além da corrida para escapar de animais ferozes (NASCIMENTO & AZEVEDO, 2015).

Segundo Moura, *et al* (2006, p.63) “Inicialmente, essa prática era de preservação da espécie. Decorridos milênios, o homem adotou a arte desses movimentos no lazer, caracterizando o surgimento das modalidades esportivas”.

Considerando a sua importância pré-histórica e dando sequência aos principais relatos do atletismo, como esporte, o mesmo tem sua origem no continente europeu.

De acordo com Souza, *et al.* (2021), o atletismo, esporte originário da Grécia, sendo este suspenso mais adiante. E manifestando-se no Reino Unido. Tendo as provas oficiais regulamentadas pela International Association of Athletics Federations (IAAF) reconhecendo os recordes mundiais. Desta forma, tais afirmações podem ser observadas mais adiante:

No sentido etimológico, atletismo tem a sua origem na raiz grega “athlon”, que significa combate. A Grécia pela sua cultura e filosofia é apontada como precursora da prática do atletismo. É importante observar que não somente os homens praticavam o atletismo, mas também mulheres e crianças. Esse fato, ocorrido em épocas tão remotas, reforça que o esporte tem boa aceitação por parte das crianças e a sua prática ocorre naturalmente, devendo preocupar-se somente com a forma pela qual esta acontece (NASCIMENTO, 2010, p.92).

A cultura grega se tornou, pioneira na prática do atletismo, surgindo os primeiros jogos olímpicos, como competição mais organizada dentre as demais na antiguidade.

A primeira conferência organizada na história foram os Jogos Olímpicos, que os gregos começaram a sediar em 776 a.C Por muitos anos, o principal evento dos Jogos Olímpicos foi o pentatlo, que incluiu Discus, salto em distância e pista de obstáculos. Os romanos continuaram celebrando as provas olímpicas depois de conquistar a Grécia em 146 a.C Apesar disto, o imperador Romano Teodósio 394 Dc, aboliu o jogo. Não existindo competição organizada de atletismo em oito séculos. Voltando a aparecer na Inglaterra em meados do século 19, com as competições esportivas gradualmente se tornando um esporte favorito dos britânicos (SILVA, 2016).

Trazendo esses relatos para o Brasil, temos como norte os apontamentos de Souza, *et al.* (2021), afirmando que o início da prática do atletismo por estrangeiros radicados no Brasil a partir de 1910, em São Paulo e o entusiasmo pelo esporte transferiu-se para o Rio de Janeiro. Por sua vez, Nascimento (2010), acrescenta que os ingleses e alemães radicados no Brasil foram os propulsores do esporte organizados no Brasil. Em 1880 havia no Rio de Janeiro, o Club Brasileiro de Cricket que eram vendidos aposta para corridas de rua. Desta forma, é possível destacar assim:

Segundo enunciado do Portal São Francisco (2010) em São Paulo em 1888 foi fundado o Athletic, de início só para a prática da enquete e mais tarde corridas a pé e outros. Em São Paulo surgiram vários outros clubs, Club Alemão (1888),

Associação Atlética Mackenzies Collag (1898), Spot Club Internacional (1899), Club Atlético Paulistano (1900) em Niterói, a Rio Gricket and athletica Association (1899) em Porto Alegre, com várias agremiações dirigidas por Alemães que se dedicavam a ginástica, jogos com bola e provas atléticas (NASCIMENTO, 2010, p.96).

Portanto, tendo em vista os demais relatos apresentados, as práticas do atletismo, podem ser compreendidas mediante aos seus conceitos, regras e aplicabilidade, para que as mesmas possam ser inseridas no contexto brasileiro.

2.3.1. Conceitos e Regas do atletismo

Nas definições modernas, o atletismo é considerado como um esporte que inclui a prática de (corrida rasa, com barreiras ou barreiras, salto vertical e horizontal, arremesso e arremesso e provas combinadas como o decatlo e o heptatlo); a competição de rua (nas mais variadas distâncias, como como maratonas e corridas de montanha); eventos de cross-country (corridas de cross-country, com obstáculos naturais ou artificiais); e desfiles de corrida (MOURA, *et al.* 2006).

Frente aos principais conceitos de atletismo, destaca-se o da Confederação Brasileira de Atletismo – CBAAt, citado por Nascimento (2010, p.98):

Definindo o atletismo como provas atléticas de pista e de campo, corridas, marcha atlética, corrida através do campo Cross country e corridas em montanhas. Aqui o termo atletismo não é o das corridas de final de semana nem os lá da pré-história onde o homem utilizava os movimentos básicos do atletismo para a sua sobrevivência. Atletismo levado a sério é o de competição, com técnicas, não aquela de habilidade motora que o indivíduo adquira desde seu primeiro passo, é as exigidas no âmbito de provas, ou seja, habilidade motora e física.

Além das habilidades motoras e físicas acima destacadas, estas podem ser entendidas no conceito do atletismo, como aquelas que vão além de testes de habilidades, garantindo a integração coletiva entre homens e mulheres, praticantes deste esporte. Desta forma, corrobora-se tal pensamento, com os estudos de Nascimento & Azevedo (2015), afirmando, o atletismo pode ser definido, com um esporte muito complexo, pois testa várias habilidades motoras básicas da pessoa. Tendo suas práticas baseadas em andar, correr, pular, arremessar e arremessar. Existido a participação de

todas as pessoas, sendo estas elegíveis em todos os grupos de eventos, mas não necessariamente com os mesmos testes utilizados em uma competição oficial.

Assim como todos os demais esportes olímpicos e por se tornar uma atividade competitiva, o atletismo possui regras, que vão além dos simples atos comuns, citados anteriormente.

O atletismo é mais do que preparação física para outros esportes pois, o ato de arremessar, pular e correr, é normativa, sendo técnica de prova de competição, ou seja, avaliação de aptidão básica das características do esporte como velocidade, resistência, força e agilidade (NASCIMENTO, 2010).

Durante a competição, os alunos podem ser agrupados por sexo, idade cronológica e habilidade, visando tornar as disputas mais equilibradas, afim de evitar frustrações, aos que apresentam maiores dificuldades. Pois, as regras estabelecidas são as mesmas da FIAA – Federação Internacional das Federações de Atletismo Amadores, no entanto, têm algumas adaptações definidas nas regras do torneio Certos eventos em que os atletas são organizados de acordo com o índice de tempo ganho em seleção pré-jogo (MOURA, *et al.* 2006).

Entretanto, as principais características do atletismo e sua relevância para o contexto histórico mundial, entende-se que sua prática, tende a favorecer os processos de inclusão social, considerando a importância da integração social, que serão apresentadas adiante.

3. METODOLOGIA

Diante do objetivo estipulado para a construção deste estudo, o processo metodológico adotado, foi a elaboração de um plano de unidade, contendo um planejamento voltados para a etapas que vão desde a contextualização da didática de ensino e implementação do atletismo nas aulas de EDF, até a avaliação final dos conteúdos.

O plano de unidade teve como base a proposta do BNCC, de modo que o trato com o conteúdo considera as dimensões conceitual, procedimental e atitudinal. Além disso, o mesmo será realizado com base na estrutura realizada pela revisão bibliográfica

feita neste estudo, tendo como objetivo analisar a relação entre o atletismo na educação física escolar e o desenvolvimento integrativo e de inclusão social dos alunos, num viés lúdico. Neste sentido, este plano de unidade procura apontar possíveis caminhos para o trabalho com conteúdo, bem como possibilidades de avaliação do mesmo.

Portanto, a partir da tabela 1, serão apresentados os diferentes componentes do plano de unidade, expondo sua fundamentação teórica, objetivos, dimensões, procedimentos metodológicos, recursos didáticos e avaliação além disso, tendo como base os elementos apontados no plano de unidade, será exemplificado como anexo, a possibilidade de execução do plano assim como devida a implementação da estrutura proposta (Anexo 1).

Tabela 1: Plano de Unidade para a implementação do atletismo na Educação Física escolar

1) CONTEXTUALIZAÇÃO
<p>1.1) IDENTIFICAÇÃO</p> <p>Disciplina (s): Educação Física.</p> <p>Etapa do ensino:() Educação Infantil (x) Ensino Fundamental (x) Ensino Médio</p> <p>Série/Ano: 6º aos 9º anos/ 1º aos 3º anos do Ensino médio.</p> <p>Período de realização do curso: Semestral</p>
<p>1.2) FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conforme apontam os parâmetros do BNCC, o Atletismo é um esporte caracterizado no grupo de Esportes de Marca, precisão, invasão e técnicos-combinatórios. Desta forma, na busca pela sua implementação nas aulas de Educação Física do 6º ao 3º ano do Ensino Médio, serão trabalhadas atividades experimentais, com base na precisão, invasão e técnico-combinatórios, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo. • A prática deste esporte será dada visando o desenvolvimento do aluno praticante, usando habilidades técnico-táticas básicas e respeitando regras. • Portanto, seguindo esses pilares curriculares busca-se também a utilização de

estratégias para solucionar os desafios técnicos e táticos, tanto nos esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios como nas modalidades esportivas.

2) OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Estabelecer mecanismos teórico-técnicos, para a condução e implementação do atletismo na educação física escolar.

Objetivos Específicos:

- Aprimorar as capacidades do aluno, valorizando a sua força, velocidade, flexibilidade, coordenação motora, agilidade, equilíbrio.
- Proporcionar o desenvolvimento cognitivo e motor dos alunos, através dos movimentos específicos do atletismo, desenvolvendo as habilidades de utilização do movimento como instrumento de comunicação e expressão, adquirindo controle corporal.
- Facilitar o entendimento das regras do esporte atrelando as regras básicas da vida e de boa convivência com o próximo no âmbito social.
- Obter uma autorreflexão sobre aceitação social e da importância do espírito do esporte para o desenvolvimento do homem como cidadão.

3) CONTEÚDO

Abordar a expressão dos alunos através das práticas corporais, que possibilitam experiências sociais, estéticas, emotivas e lúdicas, essenciais para a Educação Básica. É um dos componentes curriculares e uma das competências essenciais para o Ensino Fundamental e Médio.

Realizar através dos planos de aulas, atividades que busquem a construção de um conjunto de conhecimentos sobre seus movimentos, de modo a desenvolver autonomia sobre a cultura corporal de movimento, para o cuidado de si e dos outros. Dessa forma, são capazes de atuar de forma autônoma e confiante na sociedade, através das diversas finalidades humanas que envolvem o corpo em movimento.

Exploração das três dimensões do conteúdo: conceitual (processo histórico, principais regras), procedimental (como executar o movimento) e atitudinal (aquisição de valores), além de um modelo evidenciando a ludicidade e a familiarização com o cotidiano dos alunos, tornando a modalidade esportiva atletismo presente não só nas aulas como no seu dia a dia.

4) PROCEDIMENTOS/MÉTODOS

As aulas serão elaboradas e exercidas através de correlação do conteúdo teórico com a prática, de maneira expositiva, e dialogada. E desta forma, as vivências e resultados destas aulas, serão dadas mediante a processos roteirizados e sequências, para que os alunos vão assimilando os padrões do atletismo, dia após dia, para que haja no final, um avanço acerca da autonomia e da boa convivência e desenvolvimento motor do aluno.

5) RECURSOS

- Bambolês;
- Fitas TNT, Fita Crepe;
- Cones,
- Pregos e acessórios;
- Tênis para corrida e marcha;
- Pesos de treinamento;
- Pesos de competição básicos;
- Dardos de alto rendimento;
- Discos de treinamento, Discos de competição básicos.
- Martelos de competição básicos;
- Colchões (áreas de queda)
- Postes;
- Barreiras e obstáculos.

6) AVALIAÇÃO

A avaliação que se enquadra no presente plano de Unidade é a diagnóstica, e levando em consideração as características do atletismo, postuladas pelo BNCC, ela será realizada num ambiente externo, através de seguindo objetivos definidos para avaliar um grupo de alunos de modo geral, quantificando, qualificando e identificando possíveis problemas. Tornando-se um instrumento de ações possíveis na intervenção pedagógica possibilitando ao professor a retomada de suas ações no contexto escolar, que se dá através de seu conhecimento sobre a avaliação. Assim, ao final da avaliação, as notas atribuídas aos alunos serão dadas com base nos critérios e regras do esporte, como no desenvolvimento das atividades motoras básicas e específicas, relacionando-se a assimilação dos conteúdos e maneira prática executada.

Fonte: Autores (2023).

4. DISCUSSÃO

O esporte é visto como um aliado na política nacional de aprendizagem, referindo-se a imagem positiva do nosso país para o resto do mundo, uma vez, que a promoção da cidadania pelo esporte é muito importante, levando em conta a prática esportiva, como a participação de programas sociais (FAVA, 2016).

A prática do esporte para promoção de um desenvolvimento educativo, pretende desenvolver integralmente, as crianças, adolescentes e jovens, permitindo que o sujeito atenda às suas necessidades, desejos e expectativas (DINIZ, 2018). Desta forma, a atividade esportiva, vem se tornando um meio de aprimoramento das habilidades técnicas, sociais e de comunicação que são vitais para o seu processo de desenvolvimento pessoal e social (DINIZ, 2018).

A Educação Física está relacionada à prática esportiva em conjunto com as tarefas motoras, tais como: equilíbrio, lateralidade, noção do corpo e percepção. Estes são aspectos de extrema importância para o desenvolvimento infantil, que algumas vezes são negligenciados ou em alguns casos trabalhado de forma bastante sistemática e pouco lúdica por parte de alguns profissionais da área (TISI, 2004).

A principal preocupação da educação psicomotora é contribuir para que a criança consiga elaborar uma imagem de corpo, compreendido como aquele que se relaciona no desenvolvimento inicial da criança por meio do movimento lúdico, podendo ser desencadeado durante as aulas de Educação Física, contribuindo na formação do aluno (TISI, 2004). O atletismo trabalha diferentes aspectos do movimento, tais como: força, flexibilidade, coordenação motora fina, coordenação motora global, coordenação motora óculo pedal, coordenação motora óculo manual, lateralidade, velocidade, agilidade, equilíbrio, entre outras condições motoras específicas. Proporcionando aos praticantes, a oportunidade de movimento corporal, melhorando sua aptidão física e desenvolvimento. Aonde o professor instrutor, através de regras esportivas, proporciona igualdade de oportunidades entre os alunos. Tornando-se o processo de desenvolvimento de maior satisfação dos alunos na escola (ARAÚJO, 2015).

Com base nos conceitos atribuídos a cerca da aplicação dos conteúdos do atletismo na Educação Física escolar. E mediante aos pressupostos do BNCC, interpreta-

se benefícios físicos e psicológicos na vida dos alunos, que irão desenvolver cada vez mais suas cognições ao longo das aulas.

Na visão de Rezende (2015), o atletismo nas aulas de educação física escolar tornou-se crucial, pois pode ajudar a melhorar os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nas áreas de movimento, cognição e emoção por meio da vivência de habilidades motoras básicas, como correr, saltar e arremessar. Argumentando ainda, que o desenvolvimento motor está relacionado aos domínios cognitivo e afetivo do comportamento humano e é influenciado por muitos fatores. Dentre eles, destacam-se os aspectos ambientais, biológicos e familiares. Esse desenvolvimento é uma mudança constante da capacidade motora ao longo da vida, proporcionada pela interação entre as demandas da tarefa, a biologia individual e as condições ambientais, permitindo ao professor de educação física expressar alguns aspectos dessa trindade.

A proposta do professor trabalhar o atletismo nas aulas de Educação Física, sendo ele um conteúdo teórico-prático é muito pertinente. Em seu leque de diferentes provas podem ser trabalhados alguns valores implícitos nas aulas de Educação Física escolar, atendendo aspectos como: autoestima, autonomia e a inclusão de jovens e crianças com sua prática, tornando também alunos mais criativos e respeitando as diferenças (NASCIMENTO & AZEVEDO, 2015). Perante á esses autores ainda, o Atletismo não precisa ser tematizado de forma tradicional com vistas ao rendimento, mas com vistas ao desenvolvimento dos alunos, levando-os a autonomia e à interação social.

Conhecendo as diretrizes para Educação Especial na Educação Básica através dos estudos de Bernardes (2010), compreende-se que a base da Educação Inclusiva e são organizadas em dois blocos: sistemas de ensino e formação de professores. O que norteia as Diretrizes Nacionais da Educação Especial para Educação Básica e o princípio da Inclusão (Resolução nº 2/2001).

Considerando a importância do entendimento das diferenças individuais e que a escola deve se adaptar aos alunos com deficiência, norteadas neste princípio, Camargo (2017), nos mostra que não faz sentido, os estudantes com deficiências participarem efetivamente apenas da educação básica. Quando concluírem o ensino médio, encontrarão espaços sociais para além dos muros escolares, prontos para a exclusão. Inclusão, portanto, é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer,

na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem. Assim, Diniz (2018), reforça salientando a necessidade de entendimento do esporte, acima de tudo, como um instrumento pedagógico capaz de agregar valor à educação, ao desenvolvimento das individualidades, a formação pessoal para a cidadania e a orientação para a prática social. Onde o esporte, assim como educação propriamente dita, através da escrita, da leitura, da sala de aula, tem a capacidade de formar o indivíduo para participar da vida política, econômica e social das cidades, estados e do país.

Nas escolas brasileiras, o atletismo na educação física tem pouco espaço como conteúdo curricular, sendo deixada de lado por fatores culturais que enfatizam outras modalidades, muitas vezes em grupo, como os quatro esportes ensinados no ambiente escolar geral tem sido o basquete, futebol, vôlei e handebol . As questões centrais giram em torno do modelo competitivo e da forma como é ensinado no Fundamental II, período em que os adolescentes aperfeiçoam movimentos básicos como correr, saltar, arremessar e arremessar, que são peças fundamentais para a etapa seguinte. além do esporte já e ainda agregando inúmeros valores a história da educação física (MARIANO, *et al.* 2014).

Para que haja a aplicação do atletismo nas aulas de EDF, torna-se necessário o entendimento do papel decisivo do esporte, junto à educação, é a busca por princípios e valores sociais, morais e éticos. Devendo estas existirem, através de propostas didático-pedagógica que auxiliem a ação pedagógica do professor nas aulas de Educação Física. Nascimento & Azevedo (2015), pontuam o fato de muitas escolas dispensarem os alunos das aulas de Educação Física que já frequentam academias de dança, lutas ou outra atividade fora da escola, dificultem o avanço da Educação Física, e negligenciam os outros conteúdos da cultura corporal que os alunos têm por direito vivenciá-los e favorece a perda de espaço da Educação Física e conseqüentemente, o atletismo na escola.

Nascimento (2010), afirma que o atletismo pode ser visto como possível de aprender sem impor técnicas, com descobertas individuais, e assim chegar às técnicas, em forma de aquisição de novos conhecimentos e com isso despertar o aluno o gosto por uma modalidade de esporte que tenha a presença no seu todo, contribuindo nas suas habilidades físicas e mentais. A utilização de outros métodos e conteúdo, técnicas,

materiais e relacionamentos, essas são as informações a se buscar quando se intenciona trabalhar de forma interdisciplinar. Porém, Porfírio (2022) entende ainda que a dificuldade das instituições públicas e privadas de ensino ainda enfrentam é o modo como garantir o aprendizado e a inclusão dessas pessoas no ambiente escolar, visto que é necessário muito mais que a simples adequação do espaço físico, sendo necessária a contratação de pessoal especializado para o cuidado e a inclusão dessas crianças.

Portanto, para que se obtenham propostas de ensino e plano de atividades do atletismo nas aulas de EDF, as instituições deverão adotar em seu perfil, equipes interdisciplinares, envolvendo psicólogos, psicopedagogos e assistentes sociais. Além disso, a formação de professores deve contemplar o atendimento e o ensino efetivo das pessoas com deficiência, afim de tornar esta inclusão mais efetiva. Sendo assim, Silva & Panarotto (2014), garantem através do art. 4º inciso III (1998, p.41), da constituição federal, que os educandos com necessidades especiais, diferentes dos outros alunos no que diz respeito às aprendizagens curriculares compatíveis com suas idades. Em razão desta particularidade, estes alunos precisam de recursos pedagógicos e metodológicos próprios.

Por fim, entende-se que a adaptação de espaços e materiais é fundamental para o desenvolvimento da atividade, levando em consideração a situação das escolas brasileiras e, ao mesmo tempo, é necessário que os professores partam das dimensões conceituais e atitudinais da o conteúdo inserido. Destaca-se, portanto, que todo conhecimento disseminado, seja para qualquer esporte, deve ser estimulante e inclusivo e familiarizar o aluno com seu mundo para agregar mais valor e contribuir para uma formação crítica e autônoma do aluno (MARIANO, *et al.* 2014).

Portanto, a aprendizagem curricular acima mencionada e capacitação dos profissionais, que estarão diretamente relacionados no espaço escolar, nos levam a compreensão de que o trabalho do Atletismo na educação física, deverá ser realizado mediante a um plano de ensino, voltado para a assimilação e desenvolvimento da interação, autonomia e participação do aluno, através das exploração das três dimensões do conteúdo, conceitual, procedimental e atitudinal, destacados no plano de unidade da deste estudo.

Mais adiante, identifica-se estudos como o de Rezende (2015), propondo a melhor maneira de tratar o atletismo na educação física, salientando na visão perspectiva escolar deveria prioritariamente priorizar aos alunos o contato com a modalidade adaptada, que permita a participação de todos e um entendimento que perpassa a vivência prática, sem, entretanto, se restringir aos aspectos técnicos e regulamentares do esporte de alto rendimento.

O Atletismo, como parte do BNCC e dos parâmetros curriculares nacionais, precisa ser disponibilizado aos alunos, promovendo assim o desenvolvimento do esporte escolar. Tendo sempre em atenção as atividades lúdicas e pré-desportivas e os interesses dos alunos, posteriormente podem ser introduzidas as técnicas e regras do desporto, ajudando a divulgar a modalidade e proporcionando a interação entre as crianças. Ao criar vínculos e oportunizar trabalhos grupais e cooperativos na educação física, os alunos podem ser auxiliados a levar suas experiências vividas para outros ambientes, ampliando assim o leque de seus movimentos, jogos e vivências, mas principalmente em seu processo de desenvolvimento integral sobre a realidade ao seu redor (REZENDE, 2015).

Mediante a essas afirmações, e com base no referido autor ainda, necessita-se de um processo de capacitação dos profissionais, para que estes estejam aptos a participarem da elaboração e implementação dos planos de atividades, para que as aulas sejam dadas com a compatibilidade com a idade e deficiência dos alunos. Além de melhorias no planejamento institucional, para que este esporte seja trabalhado na educação física escolar de modo a propiciar maior interação entre os alunos, através de propostas práticas de desenvolvimento físico-motor, além da capacidade de vivência e respeito as regras do esporte, tornando assim o aluno um cidadão com bom desenvolvimento físico e psíquico, e agindo com bom caráter diante dos demais na sociedade, tendo em vista os benefícios vivenciados por este ao longo das aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo de identificar a importância do atletismo no processo de inclusão social, buscando a adoção deste esporte nas aulas de educação física através da implantação de um plano de unidade. O desenvolvimento deste estudo, permitiu a compreensão do processo histórico que pauta a inclusão e integração. Tendo como bases hipotéticas a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988, por serem dispositivos legais, que postulam os direitos de todas as pessoas, sem exceção.

Ao decorrer deste estudo, foram constatadas as mais diversas mais diversas formas de discriminação, como a rejeição, segregação, intolerância e até eliminação das pessoas com deficiência. Tendo a colonização e o processo da civilização antiga, período no qual as pessoas com deficiência, doenças neurológicas e necessidades especiais foram geralmente excluídas da sociedade por muito tempo devido às suas próprias limitações. Com isso, durante muito tempo, pensar em urbanização, lazer, educação e esporte foi direcionado apenas para aqueles que não têm mobilidade ou restrições de desenvolvimento cognitivo.

Perante aos principais autores que compõem este estudo, a integração, ficou conceituada através da percepção sociológica, definindo-a, como uma medida de controle social, que atua como meio de integração entre administração pública e sociedade a fim de solucionar conflitos e resolver problemas resultantes da formação da sociedade capitalista.

A inclusão dentro da sociedade, pode ser direcionada ao entendimento da integração, que apesar de parecerem termos similares, possuem objetivos diferentes. Sendo assim, a integração foi conceituada como um fenômeno complexo que vai muito além de colocar ou manter excepcionais em classes regulares. É parte do atendimento que atinge todos os aspectos do processo educacional. Tendo o Plano Nacional de educação especial e a Lei das diretrizes e bases e os doutrinamentos da constituição federa, como avanços da integração inclusiva.

O Plano de unidade abordado neste estudo, tornou-se fundamental, por desenvolver o potencial dos alunos de forma global, incentivando a autonomia, a

cooperação, a criticidade e a inovação, e a integração das pessoas com necessidades especiais na sociedade. Sendo o esporte adotado como proposta desta pesquisa, visto como um aliado na política nacional de aprendizagem, referindo-se a imagem positiva do nosso país para o resto do mundo, uma vez, que a promoção da cidadania pelo esporte é muito importante, assunto este antigo no tocante as mudanças na vida de pessoas, após a prática esportiva, como a participação de programas sociais

Considerando a importância da prática do esporte para promoção de um desenvolvimento educativo, pretende desenvolver integralmente, as crianças, adolescentes e jovens, permitindo que o sujeito atenda às suas necessidades, desejos e expectativas. Foi escolhido o atletismo como norte de proposta educacional, por ser um esporte olímpico, denominado como a base de todos os outros, pode ser entendido como respostas de atividades como corrida saltos e lançamento de objetos e ações, que desde os tempos remotos, foram ajudando os nossos ancestrais a sobreviverem, possibilitando que seus praticantes adquiram vivências, que os prepara para encarar os desafios cotidianos e outras formas e manifestações da cultura corporal em geral.

Portanto, tendo em vista os principais resultados deste estudo, é entendido ao final deste estudo que a aplicação do atletismo nas aulas de EDF, serão necessárias propostas didático-pedagógica que auxiliem a ação pedagógica do professor nas aulas de Educação Física. Devendo ser adotado um plano de unidade, tendo a sua implementação dada neste espaço, através da adoção de propostas de ensino e plano de unidade, com o roteiro de aulas sendo planejados numa estrutura, que vise propiciar o desenvolvimento motor dos alunos, facilitando a interação e o respeito entre os alunos. Pois, estes precisam de recursos pedagógicos e metodologias de ensino próprios. Carecendo assim, cada vez mais profissionais capacitados envolvidos neste processo integrativo, para que estejam aptos a participarem da elaboração e implementação dos planos de atividades.

Entretanto, fica como sugestão para temas futuros, uma abordagem mais direcionada, sobre as principais ações integrativas, nas propostas de ensino escolares. Salientando a importância do esporte para inclusão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BERNARDES, Adriana Oliveira. **Da integração à inclusão, novo paradigma**. Revista Educação Pública, v. 10, nº 9, 16 de março de 2010. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/10/9/da-integracao-a-inclusao-novo-paradigma>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

BRANDENBURG, Laude Erandi & LUXKMEIER, Cristina. **A história da Inclusão X exclusão Social na perspectiva da educação Inclusiva**. CONGRESSO ESTADUAL DE TEOLOGIA, 1., 2013, São Leopoldo. Anais do Congresso Estadual de Teologia. São Leopoldo: EST, v. 1, 2013. Disponível em: <file:///E:/Trabalhos%20Acad%C3%AAMicos%20-%20CMAA/191-930-1-PB.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

CAMARGO, Eder Pires. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: Enlaces e desenlaces. Ciênc. Educ., Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

DINIZ, Janguê. **Educação e esportes como ferramentas de integração social**. Portal Acadêmico Uninabuco, 2018. Disponível em: <https://www.uninabuco.edu.br/noticias/educacao-e-esportes-como-ferramentas-de-integracao-social>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

FAVA, Daniana. **O esporte como método de Inclusão Social**. Faculdade de Educação e Meio Ambiente: Ariquemes, RO, 2016. Disponível em: <https://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/478/1/FAVA%2C%20D.%20-%20O%20ESPORTE%20COMO%20M%C3%89TODO%20DE%20INCLUS%C3%83O%20SOCIAL.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

HAMZE, Almeida. **Educação contra Integração**. Educador Brasil Escola. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/integracao.htm>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

MARIANO, Rodolfo Cesar, *et al.* **O ensino do atletismo na Educação Física Escolar: o que mudou a partir da proposta curricular do Estado de São Paulo?** EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires - Año 19 - Nº 193 - Junio de 2014. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>. 10 de março de 2023.

MOURA, Walter Luiz, *et al.* **O Atletismo no desenvolvimento de crianças portadoras de necessidades especiais: um exemplo de sucesso**. Revista Motricidade, vol. 2, núm. 1, enero, 2006, pp. 53-61 Desafio Singular - Unipessoal, Lda Vila Real, Portugal.

Disponível em:<file:///C:/Users/Cesar%20Manuel/Downloads/273020429006.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

NASCIMENTO, Silas José Moraes & AZEVEDO, Paulo Fernandes Valois. **Atletismo na escola: dificuldades e possíveis alternativas para a sua prática nas aulas de Educação Física escolar na educação básica**. Associação Caruaruense de Ensino Superior (Asces-Unita), 2015. Disponível em:<file:///C:/Users/Cesar%20Manuel/Downloads/Artigo%20final.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

NASCIMENTO, Marilândia. **Contribuições da inclusão do atletismo no currículo escolar do ensino fundamental**. *Ágora: R. Divulg. Cient.*, ISSN 2237-9010, Mafra, v. 17, n. 2, 2010. Disponível em: <http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2016/00184881.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

PORFÍRIO, Francisco. **Inclusão social**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

REZENDE, Fábio Ferreira. **A prática do atletismo nas aulas de Educação Física do Ensino Fundamental II no município de Divinópolis, MG**. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, Año 20, Nº 209, Octubre de 2015. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>. Acesso em: 10 de março de 2023.

SILVA, Adalberto Pereira. **Atletismo**. INTA - Instituto Superior de Teologia Aplicada PRODIPE - Pró-Diretoria de Inovação Pedagógica, 2016. Disponível em:http://dirin.s3.amazonaws.com/drive_materias/1648814890.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2022.

SILVA, José Pretto & PANAROTTO, Janice. **A Inclusão no Contexto Atual**. SEGET: XI simpósio de excelência em gestão e tecnologia, 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/9206.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

SOUZA, Raul Furtado, *et al.* **Proposta de Inclusão do Atletismo Escolar na educação Básica: uma análise do livro “Atletismo Escolar”**. Faculdade Patos de Minas (FPM), 2021. Disponível em:<file:///C:/Users/Cesar%20Manuel/Downloads/665-Resenha-2164-1-10-20220728.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

TISI, Laura. **Educação física e a alfabetização**, Rio de Janeiro: Sprint, 2004

VENTURINI, Gabriela Rezende de Oliveira, *et al.* **A importância da inclusão nas aulas de Educação Física escolar**. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, Año 15, Nº 147, agosto de 2010. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd147/inclusao-nas-aulas-de-educacao-fisica-escolar.htm>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

ANEXOS

Anexo 1: Plano de Ensino

Disciplina: Educação Física;

Público-alvo/ano: Ensino fundamental/Ensino Médio

Conteúdos: Atletismo

Material utilizado: Bambolês; Fitas TNT, Fita Crepe; Cones; Tênis para corrida e marcha; Colchões (áreas de queda) Postes; Barreiras e obstáculos.

Objetivo geral:

Primeiros passos da Vivencia da pratica de atividades relacionadas ao atletismo.

Objetivos específicos:

- Procedimental: Identificar as mudanças ocorridas e as dificuldades da atividade pratica do atletismo.
- Conceitual: assimilar as regras e a importância do fair play na formação de atletas dentro da sociedade.
- Atitudinal: Valorizar a competitividade, através da prática esporte sob forma de desenvolvimento social e aprimoramento da qualidade de vida.

Parte inicial: ambientação– (10 minutos)

Após a apresentação e chegada ao local da aula, ambos alunos serão orientados a realizarem atividades de interação entre si, através de perguntas e questionamentos sobre o atletismo, a sua importância para o desenvolvimento cognitivo de cada.

Parte principal: Realização da atividade – (30 minutos)

Os alunos serão distribuídos em grupos distintos, para a realização dos primeiros passos práticos da aula. Sendo distribuídos os materiais para cada líder de um grupo, escolhido a critério. Será montado os colchoes de queda, e circulado de fita crepe a área de corrida, a atividade compreenderá a corrida em uma área circulada, e na sequência o salto nos colchões. Assim que o membro do grupo realizar ele se colocará do outro lado e o componente seguinte seguirá o trajeto. Sendo estes cronometrados pelo professor.

Parte final: Encerramento da atividade – (10 minutos)

Após o final da atividade, haverá um feedback, acerca dos principais obstáculos enfrentados, começando pelos grupos de maiores tempos para a realização da atividade sincronizada. Passando para o segundo e assim adiante, visando uma interação entre os alunos acerca de suas forças e fraquezas.

Avaliação final: Ao final deste plano aplicado e com o objetivo de relacionar o atletismo com o processo inclusivo, esta atividade mostrará a todos alunos a importância do esporte e da interação assim como o cumprimento de regras para o bom convívio social.